MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO INTERNA MPMA – COMPILADA POR ASSUNTO

Atualizado em 07/05/2021

ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MP

ATO 57/2021-GPGJ, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 - Altera o art. 15, acrescentando os §§1º, 2º e 3º, e o art. 16, caput e parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ, de 02 de junho de 2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR 06/2018 – GPGJ – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

ATO REGULAMENTAR 07/2016 – GPGJ – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

ACESSO À INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO 68/2018 – CPMP – Dispõe sobre o acesso às informações necessárias à defesa técnica em processos administrativos e judiciais por ex gestores do MP.

ATO REGULAMENTAR 06/2017 – GPGJ – Regulamenta o acesso à informação.

ATO CONJUNTO 02/2016 – GPGJ /CGMP – Interceptação telefônica, informática ou telemática.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2010 – GPGJ/CGMP – Institui Sistema de Registro de Pedidos de Interceptação Telefônica, Telemática e de Informática.

PROVIMENTO 01/2009 – GGMP – Interceptação telefônica.

ADIANTAMENTO - CONCESSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

ATO REGULAMENTAR 20/2020 – GPGJ

ATO REGULAMENTAR 06/2007 – GPGJ – Regulamenta a concessão de adiantamento a membros e servidores.

AJUDA DE CUSTO

ATO REGULAMENTAR 17/2020 - GPGJ – Ajuda de custo.

ATO REGULAMENTAR 06/2020 - GPGJ - Ajuda de custo.

AFASTAMENTO DE MEMBROS/CUSTEIO DE CURSOS

ATO 6/2021-GPGJ, DE 07 DE JANEIRO DE 2021 - Altera o art. 3º do ATO-GAB/PGJ-5952020, referente ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

ATO 50/2020-GPGJ, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020 - Altera o art. 1º do Ato nº 482020 e o art. 2º do Ato nº 5952020, referentes ao custeio parcial de curso de Pós- Graduação stricto sensu

(Mestrado) para membros do MPMA.
ATO 48/2020-GPGJ, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 - Altera o art. 2º do Ato nº 5952020, que autoriza o custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.
RESOLUÇÃO 04/2019 – CSMP
RECOMENDAÇÃO 06/2012 –CGMP – Afastamento para cursos.
RESOLUÇÃO 02/2006 –CSMP – Afastamento de membros para cursos.
RESOLUÇÃO 07/2004 –CSMP – Afastamento de membros para cursos.

ANTIGUIDADE

RESOLUÇÃO 01/1994 - CSMP
RESOLUÇÃO 02/1989 - CSMP
RESOLUÇÃO 01/1989 - CSMP – Promotor substituto.

ASSESSORIA TÉCNICA

ATO REGULAMENTAR 45/2020 – GPGJ – Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2019-GPGJ-CGMP – Serviços auxiliares a membros (serviço social, psicologia, pedagogia e antropologia).
ATO REGULAMENTAR 04/2018 – GPGJ – Assessoria Técnica.
ATO REGULAMENTAR 08/2017 – GPGJ – Assessoria Técnica.
ATO REGULAMENTAR 17/2015 – GPGJ – Cria a Assessoria Especial de Investigação dos atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o ato Regulamentar 20/2008 – GPGJ.

ARMA DE FOGO

RESOLUÇÃO 12/2004 - GPGJ – Regulamenta no Ministério Público a aquisição, venda, registro, cadastro e transferência de propriedade de pistola calibre 40.

ATRIBUIÇÕES DE MEMBROS

ATO REGULAMENTAR 13/2018 – GPGJ – Regulamenta as rotinas das Promotorias Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica.
RECOMENDAÇÃO 04/2018 –GPGJ – Dispõe sobre a atuação do membro do MP como órgão interveniente no Processo Civil.
RECOMENDAÇÃO 03/2018 –GPGJ – Controle difuso incidental do Inc.I, do §2º do art.157 do CP.
RECOMENDAÇÃO 01/2018 –CGMP – Sugestão de atuações quanto às dez questões entendidas como de enfrentamento prioritário pela CGMP.

ATO REGULAMENTAR 10/2017-GPGJ – Atuação – proteção contra tratamento desumano e degradante de travestis e transexuais – nome social.
RECOMENDAÇÃO 03/2017 –GPGJ – Verificação de cumprimento da obrigação do réu de indenizar a vítima ou seus sucessores pelo dano causado pelo crime.
RECOMENDAÇÃO 02/2017 –GPGJ – Dispõe sobre a necessidade de formular pedido na denúncia, de condenação do réu no sentido de tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 03/2017 –GPGJ/CAOPIJ – Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.
RECOMENDAÇÃO 01/2017 – CGMP – Motivação das decisões judiciais.
RECOMENDAÇÃO 06/2016 –GPGJ – Transparência na transição municipal.
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 01/2016 –GPGJ – Ouvidoria dos SUS nos municípios.
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 03/2016 –GPGJ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB.
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 02/2016 –GPGJ – Orientação sobre prescrição de fármacos
RECOMENDAÇÃO 03/2016 –GPGJ – Orientação sobre a implementação do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.
RECOMENDAÇÃO 03/2016 –GPGJ – Atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas.
RECOMENDAÇÃO 02/2016 –GPGJ – Orientação a cartórios sobre nomes vexatórios.
RECOMENDAÇÃO 02/2016 –CGMP – Fiscalização – processos judiciais – litígios coletivos – terra rural.
RECOMENDAÇÃO 01/2016 –GPGJ – Transparência, fiscalização e controle – Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa.
RESOLUÇÃO 32/2015 – CPMP – Atuação dos Promotores nas Turmas Recursais.
RESOLUÇÃO 28/2015 – CPMP – Núcleos de Mediação Comunitária.
RECOMENDAÇÃO 03/2015 –CGMP – Fundamentação – requisição de complementação de provas – diligências.
RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015 - CGMP - Fiscalização da regularidade de investidura na função policial.
RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015 – CGMP - Conflitos agrários.
RECOMENDAÇÃO 01/2015 –GPGJ – Uso dos TCOs e BOCs nos juizados criminais e juízo da Infância e Juventude.
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 01/2015 –GPGJ /CAOP SAÚDE – Disponibilização pelos municípios dos perfis mínimos de saúde.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2014 – GPGJ/CGMP – Registro e tramitação de Inquéritos Policiais no MP.
RECOMENDAÇÃO Nº 004/2014 - CGMP – Fiscalização – instituições financeiras – atendimento prioritário.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL

RECOMENDAÇÃO Nº 005/2014 - CGMP – Tráfico – alienação cautelar dos bens apreendidos ou sequestrados.
RECOMENDAÇÃO 03/2014 –GPGJ – Funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde.
RECOMENDAÇÃO 02/2014 –CGMP – Auxílio da Promotoria Especializada de Conflitos Agrários.
RECOMENDAÇÃO 02/2014 –GPGJ – Internações psiquiátricas involuntárias.
RECOMENDAÇÃO 01/2014 –GPGJ – Redução da jornada de trabalho do magistério.
RECOMENDAÇÃO 01/2014 – CSMP – Execução de multas ou dívidas provenientes de Acórdãos do TCE.
RECOMENDAÇÃO Nº 005/2013 - CGMP – Promotorias de Infância e Juventude - atos infracionais – execução de medida socioeducativa – acompanhamento dos atos obrigatórios.
RECOMENDAÇÃO Nº 003/2013 - CGMP – Reiteração dos termos do Provimento 01/1999.
RECOMENDAÇÃO 02/2013 –GPGJ – TAC – cláusula – divulgação do contato da Ouvidoria.
RECOMENDAÇÃO 01/2013 –GPGJ – Crimes de roubo – comarca da ilha – reunião de acervo probatório à ser encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho.
RESOLUÇÃO 02/2011 – CPMP – Atribuições – entrância final.
RECOMENDAÇÃO 01/2011 - GPGJ - Recomenda acompanhar a contratação de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias em detrimento das municipais.
RECOMENDAÇÃO 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.
RECOMENDAÇÃO 02/2010 –GPGJ – Fiscalização de recursos públicos.
RECOMENDAÇÃO 01/2010 –GPGJ – Criação e instalação dos Conselhos e Fundos Municipais do Meio Ambiente.
RESOLUÇÃO 04/2010 – CPMP – Regulamenta o controle externo da atividade policial.
RECOMENDAÇÃO 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.
RECOMENDAÇÃO 01/2009 –GPGJ – Colônias de pescadores – audiências públicas.
ATO 404/2008 – GPGJ – Delega atribuições aos Procuradores de Justiça – Câmaras Cíveis Reunidas.
RECOMENDAÇÃO 03/2008 –GPGJ – Racionalização da atuação do Ministério Público no processo civil.
RESOLUÇÃO 04/2007 – CPMP – Escalas de comparecimento dos Procuradores às sessões cíveis e criminais do TJMA.
RESOLUÇÃO 06/2006 - CPMP – Atribuição criminal – defesa dos direitos do idos e do consumidor.
RECOMENDAÇÃO 02/2004 –GPGJ – Transparência fiscal. (REVOGADO ATO 287/2017 GPGJ).
RECOMENDAÇÃO 03/2003 –GPGJ – Litígios – reintegração de posse – atuação Ministério Público.
RECOMENDAÇÃO 02/2003 – GPGJ – Procedimentos em caso de tortura.
RESOLUÇÃO 03/2002 – CPMP – Atribuição PROVITA.

ATO 294/2019 - GPGJ – Atribuições de Procuradores de Justiça - Câmaras Isoladas Criminais

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

RESOLUÇÃO 41/2017-CPMP - Dispõe sobre audiências de custódia.
RECOMENDAÇÃO 04/2008 –GPGJ – Apresentação imediata do preso à autoridade judiciária.
ATO 124/2017 – GPGJ – Dispõe sobre audiência de custódia em Imperatriz.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

ATO REGULAMENTAR 05/2013 – GPGJ
ATO REGULAMENTAR 13/2012 – GPGJ
ATO 261/2012 – GPGJ

CADASTROS

PROVIMENTO 01/2010 –CGMP – Cadastro de informação de ações civis públicas.
PROVIMENTO 01/2003 –GPMP – Cadastro criminal.

CAOPS

ATO REGULAMENTAR 35/2020 - GPGJ – Cria o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais Complexos.
ATO 348/2016 – GPGJ – Dispõe sobre o programa de remodelação dos serviços dos Centros de Apoio Operacional.
RESOLUÇÃO 34/2016 -CPMP – CAOP Criminal.
RESOLUÇÃO 16/2013 – CPMP – CAOP Saúde.
RESOLUÇÃO 13/2013 – CPMP – Institui a Câmara de Coordenadores dos Caop's.
RESOLUÇÃO 12/2013 – CPMP – CAOP Educação.
RESOLUÇÃO 10/2011 – CPMP – Cria o CAOP das pessoas idosas e pessoas com deficiência.
RESOLUÇÃO 08/2011 - CPMP – Regulamenta o CAOP-PROAD.
RESOLUÇÃO 11/2010 - CPMP - Controle Externo.
RESOLUÇÃO 09/2010 – CPMP – CAOP Saúde.
RESOLUÇÃO 03/2006 - CPMP – Cria o CAOP de Direitos Humanos.
RESOLUÇÃO 03/2001 – CPMP – Regulamenta o CAOP-PROAD.
RESOLUÇÃO 02/1997 – CPMP – Cria os centros de apoio operacional – CAOP.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

ATO 38/2020 - GPGJ - Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos praticados em procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 34/2020-GPGJ – Autorização prévia de perfis institucionais.

ATO REGULAMENTAR 05-2018-GPGJ – Comunicação por WhatsApp.
ATO REGULAMENTAR 16/2015 – GPGJ – Política de comunicação oficial.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

ATO REGULAMENTAR 17/2016 – GPGJ – Regulamenta o controle de frequência de servidores.
ATO REGULAMENTAR 18/2016 – GPGJ – Regulamenta os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores.
PROVIMENTO 02/2003 – CGMP – Cuida do controle de frequência de Promotores de Justiça autorizados ao deslocamento de suas comarcas.
PROVIMENTO Nº 01/1999-CGMP – Recomenda aos Promotores que não se afastem da comarca em dias normais de expediente, sem prévia autorização da Administração Superior. Recomenda o comparecimento diário ao trabalho.

CORREIÇÕES / INSPEÇÕES

PROVIMENTO Nº 1/2021-CGMP, DE 19 DE ABRIL DE 2021 - Altera os Provimentos nº 01/2015-CGMP, de 31 de agosto de 2015 e 01/2020-CGMP, de 10 de junho de 2020, que estabelece o regimento das correições e inspeções, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.
PROVIMENTO 01/2020 – CGMP – Altera o Provimento 01/2015-CGMP que estabelece o regimento das correições e inspeções.
RESOLUÇÃO 05/2019 – CSMP – Altera o art.4º da Resolução 07/2004 CSMP, para exigir inspeção / correição extraordinária anterior ao afastamento de membro, no órgão de execução de sua titularidade.
PROVIMENTO Nº 01/2018 - CGMP – Orientação e fiscalização de promotores com atribuição na área da saúde.estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.
PROVIMENTO 02/2016 – CGMP – Estabelece diretrizes e instruções sobre PAD.
PROVIMENTO Nº 01/2015 - CGMP - Estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DIÁRIAS / PASSAGENS AÉREAS / DIREÇÃO DE PROMOTORIAS

ATO REGULAMENTAR 47/2020 – GPGJ – Pagamento do terço constitucional de férias.
ATO REGULAMENTAR 46/2020 – GPGJ – Pagamento de direção de promotorias.
ATO 457/2018 – GPGJ – Subsídios de membros.
ATO REGULAMENTAR 03/2016 – GPGJ –Aquisição e utilização de passagens aéreas.
ATO REGULAMENTAR 01/2014 – GPGJ – Pagamento de diárias.
ATO REGULAMENTAR 17/2013 – GPGJ – Pagamento de direção de promotorias.
ORDEM DE SERVIÇO 06/2013 – DG - diárias cumulativas para membros.
ORDEM DE SERVIÇO 02/2013 – DG - Afastamento de membros por até 03 dias – diárias e

passagens.
ATO REGULAMENTAR 05/2011 – GPGJ - Pagamento de diárias.
ATO REGULAMENTAR 05/2010 – GPGJ - Diárias para Promotor durante respondência.
ATO REGULAMENTAR 16/2008 – GPGJ – Diárias – respondência.

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

ATO REGULAMENTAR 07/2009 – GPGJ – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.
ATO REGULAMENTAR 11/2006 – GPGJ – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.

ELEITORAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2019 – Unificação de datas dos biênios de exercício da função eleitoral de 1ºgrau e critério de designação dos promotores.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2018 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais cujas sedes foram remanejadas.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2017 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais no interior do Estado e que foram extintas.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2017 – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais que foram extintas.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2015 – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2015 – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2007 – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2006 – Regulamenta as indicações/designações dos Promotores Eleitorais no Estado do Maranhão (alterada pelas Resoluções Conjuntas: 01/2007, 01/2015 e 02/2015).
ATO 429/2006 –GPGJ – Rodízio eleitoral.
ATO 692/2006 –GPGJ – Rodízio eleitoral.
ATO 692/2006 – GPGJ – Delega atribuições eleitorais ao Corregedor-Geral
RESOLUÇÃO 05/2001 – CPMP – Regulamenta as funções eleitorais do MPMA, nas comarcas em que mais de uma Promotoria de Justiça esteja vinculada, por força da distribuição das atribuições, à mesma Vara.

EQUIPAMENTOS

ATO REGULAMENTAR 10/2009 – GPGJ – Celular corporativo.
ATO REGULAMENTAR 21/2008 – GPGJ – Disciplina a utilização, manutenção e o controle do sistema de telefonia fixa e móvel no MPMA.
ATO REGULAMENTAR 05/2005 – GPGJ – Regula a utilização dos equipamentos de informática para uso geral e acesso à internet.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

PROVIMENTO 03/2020 – GGMP – Promotores vitaliciandos – júri.
PROVIMENTO 02/2020 - CGMP - Altera o Provimento nº 03/2017-CGMP, de 25 de setembro de 2017, que dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão.
PROVIMENTO 03/2017 – CGMP – Estágio Probatório.
PROVIMENTO 03/2016 – CGMP – Acompanhamento qualitativo da atuação dos promotores de justiça vitaliciandos no plenário do júri.
PROVIMENTO 02/1993 – GPGJ – Estágio preliminar de promotores

EXERCÍCIO DE MEMBRO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2007-GPGJ – Termo de exercício de Promotor – Procedimento.

FÉRIAS

ATO REGULAMENTAR 04/2019 – GPGJ – Impede férias de assessor junto com o promotor.
ORDEM DE SERVIÇO 05/2013 - DG – Férias de membros.
RECOMENDAÇÃO 04/2013 –CGMP – Gozo de férias.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2008 - GPGJ/CGMP – Regras para concessão/suspensão/interrupção e alteração da escala de férias – Alterado pelo Ato Regulamentar 06/2013 GPGJ e Ato Regulamentar 26/2017).

FUNDAÇÕES

ATO REGULAMENTAR 24/2019 – GPGJ – Fundações.
RECOMENDAÇÃO 02/2006 –GPGJ – Fundações.
PROVIMENTO 01/2002 - CGMP – Banco de dados de Fundações e Entidades de Interesse Social.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

ATO REGULAMENTAR 28/2020 – GPGJ – Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte.
ATO REGULAMENTAR 20/2013 - GPGJ
ATO REGULAMENTAR 02/2005 – GPGJ – Dispõe sobre a atuação, organização, manuseio, tramitação e arquivamento Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte. (alterada pelo Ato Regulamentar 20/2013).

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

ATO 16/2018– GPGJ – Gestão por competências.
ATO 06/2018– GPGJ – Gestão por competências.

GRUPOS / MUTIRÕES

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2021-GPGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2021-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2021-GPGJ, DE 10 DE MARÇO DE 2021 - Altera o § 2º do artigo 1º; o parágrafo único do art. 2º; o caput e inciso IV do art. 6º; os §§ 1º e 2º do art. 8º e acrescenta o art. 9º e parágrafo único ao Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão - GAECO/MA, aprovado pelo Ato Regulamentar nº 13/2017 -GPGJ, de 22 de maio de 2017.

RESOLUÇÃO 67/2018 – CPMP – Disciplina a designação de membros do MP para participação em mutirões do Poder Judiciário.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 6/2020 – GPGJ/CGGJ – GPI

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2014 – GPGJ/CGMP – GPI – Revogado pelo Ato Gab-PGJ 283/2019 – novo Ato em 2020.

ATO 283/2019 – GPGJ – NAPROM – Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça.

ATO 672/2017 – GPGJ – Dispõe sobre as Regionais do GAECO.

ATO 356/2017 – GPGJ – Aumento do número de promotores que integram o GPI.

ATO 158/2017 – GPGJ – Dispõe sobre o Regimento Interno GAEProAD e NAEPACs.

ATO 496/2016 – GPGJ – Cria o GAEProAD e NAEPACs.

ATO 662/2006 – GPGJ – Grupo Especial de Defesa do Direito à Saúde.

ATO 3275/2003 - GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Bacia do Rio Parnaíba.

ATO 3254/2003 – GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Baixada Maranhense.

RESOLUÇÃO 02/2017 –CSMP – Designação extraordinária de promotor para auxiliar órgão de execução ministerial com volume processual e extraprocessual superior à sua capacidade operacional.

RESOLUÇÃO 25/2014 –CPMP – Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF-MA) – CAOP Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO 13/2011-CPMP – Altera o nome GECOC para GAECO.

RESOLUÇÃO 06/2002 –CPMP – Cria o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas GECOC.

JÚRI

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02 /2014 – GPGJ/CGMP – Grupo de Apoio aos

Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri em conformidade com a Resolução n.º 20/2013.
RESOLUÇÃO 20/2013 –CPMP – Grupo de Apoio ao Júri.
RESOLUÇÃO 05/2003 –CPMP – Grupo de Apoio ao Júri – alterada pela Resolução nº 20/2013-CPMP.).
RESOLUÇÃO 06/98 – CPMP – Grupo de Apoio ao Júri (Alterada pela resolução nº 05/2003-CPMP) - Veja também a Resolução nº 20/2013-CPMP.)

LAB-LD

ATO 196/2019 – GPGJ – Dispõe sobre o LAB-LD.
ATO 689/2017 – GPGJ – Dispõe sobre o LAB-LD.

LICENÇA-PRÊMIO / LICENÇA ESPECIAL

ATO REGULAMENTAR 10/2010 - GPGJ – Conversão de licença prêmio em pecúnia.

LICENÇA COMPENSATÓRIA

ATO REGULAMENTAR 12-2019 0- CPGJ – Licença compensatória.
LEI ESTADUAL 215/2019

LICENÇA À SAÚDE/GESTANTE

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2021-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
ATO REGULAMENTAR Nº 17-2017 - GPGJ – Licença à saúde e licença à gestante.
ATO REGULAMENTAR Nº 33-2017 - GPGJ – Auxilio saúde
ORDEM DE SERVIÇO 04/2013 - DG – Licença médica de membros.
ORDEM DE SERVIÇO 03/2013- DG – Afastamento de membros – licenças de direito/especial e particular.

OUTROS

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.
ATO REGULAMENTAR Nº 18/2021-GPGJ, DE 11 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual.
ATO Nº 4/2021-GPGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021 - Altera a redação do art. 4º e retifica a

renumeração dos demais dispositivos do Ato 31/2020-GPGJ, que cria o Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 2/2021-GPGJ, DE 02 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre requisitos para a designação para função de confiança e nomeação para cargo em comissão do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RECOMENDAÇÃO Nº 12/2020-GPGJ - Dispõe sobre a otimização da atuação extrajudicial do Ministério Público do Estado do Maranhão em matéria ambiental.

RECOMENDAÇÃO Nº 13/2020-GPGJ – Acompanhamento das medidas tomadas pelos entes e órgãos públicos estaduais e municipais, em razão do recebimento indevido do auxílio emergencial por servidores públicos (ativos, aposentados e pensionistas)

ATO 39/2020-GPGJ - Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos - GAGIC, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 31/2020-GPGJ - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV.

ATO 8/2020 - GPGJ – Exames periódicos.

ATO REGULAMENTAR 16-2020 – GPGJ – Fluxograma de relatórios do COAF

ORDEM DE SERVIÇO 06/2019 - DG – Uso do auditório/salas de reunião e videoconferência.

ATO REGULAMENTAR 03/2018 – GPGJ – Organização dos órgãos administrativos e de execução – pólos.

ATO 90/2017 –GPGJ – Cria o serviço de triagem das promotorias da capital.

ORDEM DE SERVIÇO 08/2016 - DG – Assistência da seção de saúde funcional.

ATO REGULAMENTAR 04/2015 – GPGJ – Lotação provisória de assessor de PJ de substituição plena.

RECOMENDAÇÃO Nº 007/2012 – CGMP – Encaminhamento de TACS ao CSMP, para encaminhamento à biblioteca para publicação.

ATO REGULAMENTAR 12/2011 – GPGJ – Proibição de manter nas dependências do MP objetos apreendidos.

RESOLUÇÃO 02/2007 – CSMP – Indicação de membro para o CNJ e o CNMP.

ATO REGULAMENTAR 17/2006 – GPGJ – Dispõe sobre a prestação de informações ao CNMP.

RESOLUÇÃO 07/2005- PGJ – Fundo Especial do Ministério Público – FEMPE.

PROVIMENTO 01/94 – CGMP – Uso de vestes talares nas audiências e júris.

PROVIMENTO 08/1993 – CPMP – Apresentação anual de declaração de bens.

PADS E SINDICÂNCIAS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016 – GPGJ/CGMP – Execução prioritária de mandados expedido em processos disciplinares, sindicância e PADs.

RECOMENDAÇÃO 01/2009 – CSMP – Observância dos prazos.

PENALIDADES

ATO REGULAMENTAR 14/2020- GPGJ – Fluxograma para aplicação de penalidades a promotores.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016-GPGJ/CGMP – Estabelece execução prioritária de mandados expedidos em processos disciplinares.

PERMUTA

RESOLUÇÃO 215/2020 – CNMP
RESOLUÇÃO 45/2017 - CPMP
RESOLUÇÃO 36/2016 – CPMP
RESOLUÇÃO 17/2011 – CPMP

PERÍCIAS

ATO REGULAMENTAR 03/2020 – GPGJ
ATO REGULAMENTAR 08/2018 – GPGJ

PLANTÕES

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 7/2020 - GPGJ - Acrescenta o inciso IV, ao § 7°, do artigo 1º do Ato Regulamentar Conjunto n.º 03/2014– GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.
ATO REGULAMENTAR 55/2020 – GPGJ – Regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais.
ATO REGULAMENTAR 10-2020 - GPGJ – Plantões regionais
RECOMENDAÇÃO 01/2019 –CGMP – Comparecimento imediato ao plantão.
ATO REGULAMENTAR 25/2018 – GPGJ – Compensação de plantões
PROVIMENTO 01/2017 – CGMP – Plantão dos promotores de justiça corregedores.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01-2016 – GPGJ – Plantões ministeriais cíveis e criminais.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 03/2014 – GPGJ/CGMP – Plantões ministeriais cíveis e criminais (Alterado pelos Atos Regulamentares Conjuntos 01/2016, 01/2017 e 13/2019 e pelo Ato Regulamentar nº 25/2018-GPGJ e 41/2020) – vide Resolução 04/2011 – CPMP.
RECOMENDAÇÃO 06/2014 –CGMP – Comparecimento imediato ao plantão.
RECOMENDAÇÃO Nº 05/2012 – CGMP – Plantão – matérias: oitiva do adolescente em conflito com a lei e adoção de providências para prevenir o pernoite dos adolescentes nas celas da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI.
ATO 36/2011 –GPGJ – Plantões.
RESOLUÇÃO 04/2011 –CPMP – Sistema de plantão das promotorias da capital e do interior.

PRAZOS

ORDEM DE SERVIÇO 05/2011 – GPGJ – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos

dos processos.
ORDEM DE SERVIÇO 01/2011- GPGJ – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos dos processos.
RESOLUÇÃO 04/2005 – CSMP – Procedimentos parados.

PROCEDIMENTOS – PIC / NF / INQUÉRITO CIVIL

RECOMENDAÇÃO 04/2003 –GPGJ – TAC.
ATO REGULAMENTAR 23/2020 – GPGJ – Tramitação de procedimentos extrajudiciais eletrônicos.
ATO REGULAMENTAR 19/2020 - GPGJ – Acordo de não persecução penal.
ATO REGULAMENTAR 24/2017 – GPGJ – Regulamenta a Notícia de Fato.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 05/2014 –GPGJ/CGMP – Uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas no MPMA.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2014 –GPGJ/CGMP – Inquérito Policial.
RESOLUÇÃO 89/2020 – CPMP – PIC
RESOLUÇÃO 73/2019 – CPMP – PIC
RESOLUÇÃO 72/2019 – CPMP – Procedimento Preparatório e IC.
RESOLUÇÃO 61/2018 – CPMP – PIC
RESOLUÇÃO 10/2010 – CPMP – Inquérito Civil.
RESOLUÇÃO 10/2009 – CPMP – Inquérito Civil.
RESOLUÇÃO 02/2004 – CPMP

PROMOÇÕES / REMOÇÕES

RESOLUÇÃO 01/2006 – CSMP – Critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento.
RESOLUÇÃO 01/1993 - CSMP .

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA

RESOLUÇÃO 12/2010 –CPMP

RELATÓRIOS

RECOMENDAÇÃO 01/2016 – CGMP – Correição interna – designação de acumulação de atribuições e nova designação de atribuições.
RESOLUÇÃO Nº 22/2014 - CPMP – Inquérito Civil.
PROVIMENTO 06/1996 - CGMP – Relatório mensal – estágio probatório.
PROVIMENTO 05/1996 - CGMP – Relatório mensal e mapa de atividades.

RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA

ATO REGULAMENTAR 27/2008 – GPGJ – Residência fora da comarca.
ATO REGULAMENTAR 03/2008 - GPGJ – Residência fora da comarca.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ATO REGULAMENTAR 07/2020 –GPGJ – Política de segurança.
ATO REGULAMENTAR 05/2020 –GPGJ – Plano de Segurança Institucional.
ATO 155/2018 – GPGJ – Criação do Comitê Gestor de Segurança.
ATO 136/2018 – GPGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional do MPMA.
ATO REGULAMENTAR 18/2016 –GPGJ – Procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do MPMA.
ATO REGULAMENTAR 04/2016 –GPGJ – Programa de saúde e segurança funcional.
ATO REGULAMENTAR 18/2013 –GPGJ – Segurança aproximada.
ATO REGULAMENTAR 09/2009 –GPGJ – Criação do Plano de Segurança Institucional.

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

ATO 89/2017 – GPGJ – Cria o núcleo de serviço psicossocial.
ATO REGULAMENTAR 05/2006 – GPGJ – Institui o serviço de psicologia da Corregedoria.
ATO REGULAMENTAR 06/2006 – GPGJ – Cria o Núcleo de serviço psicossocial

SISTEMAS

ATO REGULAMENTAR Nº 5/2021-GPGJ, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021 - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores
- Documento de referência (.ott)
- Extensão para o LibreOffice (.oxt)

ORDEM DE SERVIÇO 3/2020 – Alimentação do GESP.
ATO REGULAMENTAR 02/2016 – GPGJ – Digidoc.
ATO REGULAMENTAR 16/2014 – GPGJ – Digidoc.
ATO REGULAMENTAR 04/2020 – GPGJ – SIMP.
ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 04/2014 – GPGJ/CGMP – SIMP.

TERMOS JUDICIÁRIOS

PROVIMENTO 05/1991 – CGMP – Disciplina a visita dos Promotores aos Termos Judiciários de cada Comarca.

VACÂNCIA/AFASTAMENTO/AUSÊNCIA/IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO

RESOLUÇÃO 11/2012 – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL

RESOLUÇÃO 05/2011 – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste (alterada pela Resolução 11/2012 e 09/2012 CPMP).
ATO 37/2011 –GPGJ – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste.

VEÍCULOS

ATO REGULAMENTAR 06/2005 – GPGJ – Regula a aquisição e utilização de veículos oficiais.

VIDEOMONITORAMENTO

ATO REGULAMENTAR 06/2019 – GPGJ

VITALICIAMENTO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 002/2009 –GPGJ/CGMP

VISITAS ESTABELECIMENTO PENAIS E SOCIOEDUCATIVOS

RECOMENDAÇÃO 01/2020-GPGJ – Registro da presença em livro próprio de visitas em estabelecimentos penais.
RECOMENDAÇÃO 09/2018 –GPGJ – Acompanhamento de expedições e o devido preenchimento das guias de recolhimento dos presos de justiça.
ORDEM DE SERVIÇO 05/2016 –CGMP – Acompanhamento de visita e fiscalização em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.
ORDEM DE SERVIÇO 04/2016 –CGMP – Acompanhamento de visita mensal aos Organismos Policiais (Delegacias de Polícia e estabelecimentos Policiais Militares) Resolução 20/2007-CNMP.
ORDEM DE SERVIÇO 03/2016 – CGMP – Acompanhamento de visita mensal aos estabelecimentos penais do sistema carcerário de que trata a Resolução 56/2010 – CNMP.
RECOMENDAÇÃO 02/2011 – CGMP – Bancos de dados de peças criminais.
RESOLUÇÃO 05/2010 – CPMP – Fiscalização das entidades de internação e de regime de semiliberdade de adolescentes em conflito com a lei.
RECOMENDAÇÃO 03/2010 –GPGJ – Execução penal e controle externo – acompanhamento das condições das unidades prisionais e outros.